

# ADELAIDE CABETE E A GÉNESE DA POLÍCIA FEMININA

PEDRO URBANO

**Resumo:** A carreira policial feminina em Portugal iniciou-se em 1930 com a admissão na polícia de Lisboa das primeiras guardas, as quais desempenharam funções bastante restritas ao longo de todo o Estado Novo. A entrada de agentes femininas na polícia foi antecedida pelo debate público acerca da sua necessidade e seus benefícios, ainda na década de 1920, gerado pelos movimentos feministas, em particular o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, fundado em 1914 pela médica Adelaide Cabete. Por ocasião do primeiro Congresso Nacional Abolicionista organizado em 1926 pela Liga Portuguesa Abolicionista, no qual se debateu e defendeu a abolição da prostituição, Adelaide Cabete incide um dos seus discursos sobre a necessidade da existência de uma polícia feminina. Partindo do exemplo de outros países, nos quais as agentes femininas eram já uma realidade, com benefícios comprovados, a médica advoga a existência de uma polícia feminina em Portugal, cujas funções seriam aquelas que viriam a desempenhar as primeiras guardas, nomeadamente a “vigilância e protecção das crianças, jovens e mulheres”, traçando o modelo ideal de agente policial feminina, bem como o seu nível de instrução. Ainda que com o objectivo último de abolir a prostituição, este modelo acabaria por marcar a carreira policial feminina durante os 50 anos que medeiam entre 1930 e 1980.

**Palavras-chave:** Carreira Policial Feminina; Movimentos feministas; Prostituição.

## **Introdução: a evolução da carreira policial feminina em Portugal**

A Constituição da I República Portuguesa, datada de 1911, consagra às mulheres o direito de trabalharem na função pública e que o decreto de 11 de Julho de 1918<sup>1</sup> viria a reforçar. A admissão de agentes femininas na polícia ocorre primeiramente em 1922, por despacho do Ministério do Interior, através do qual são admitidas 6 guardas. Desconhecem-se as suas funções, mas é provável que desempenhassem essencialmente funções de secretaria<sup>2</sup>. Em 1926 é admitida outra senhora, para o posto de dactilógrafa. É o caso de Zulmira Augusta Nolasco Santos, que já aí desempenhava funções, embora colocada na Direcção Geral da Saúde<sup>3</sup>. Todavia, como guardas propriamente ditas, essa incorporação deu-se com a entrada das pioneiras Ermelinda Mendes<sup>4</sup> e Emília da Conceição Pereira<sup>5</sup> na polícia de Lisboa em 1930. As suas funções restringiam-se, no entanto, à vigilância de mulheres e crianças, serviços assistenciais, revista de meretrizes e gestão operacional de chamadas telefónicas policiais, restrições essas que se manteriam ao longo de todo o Estado Novo.

Nas décadas seguintes, terão sido integradas na polícia mais mulheres, o que levaria à redacção em 1945 do primeiro diploma legal que previa a existência de guardas do sexo feminino, com a categoria única de guardas de 2.<sup>a</sup> classe, em cada comando da Polícia e não apenas em Lisboa e com prévio despacho do Ministro do Interior<sup>6</sup>. No entanto,

---

<sup>1</sup> Secretaria de Estado da Justiça e dos Cultos, “Decreto-lei n.º 4676, permitindo à mulher o desempenho de várias funções públicas”, *Diário do Governo*, I série, n.º 160, 19 de Julho de 1918, 1425-1426.

<sup>2</sup> Gabinete de Estudos. *Gabinete de Estudos, informação relativa à promoção de guardas do sexo feminino*, 24 de Janeiro de 1929. Cópia. Arquivo da PSP.

<sup>3</sup> Fernando Albuquerque. *Fernando Albuquerque, Tomada de posse da dactilógrafa da Intendência Geral da Segurança Pública Zulmira Augusta Nolasco Santos*, 2 de Julho de 1929. Arquivo da PSP.

<sup>4</sup> Pedro Clemente, “A primeira mulher polícia”, *Polícia Portuguesa*, n.º 133, II Série, Janeiro/Fevereiro 2002, 21.

<sup>5</sup> Polícia de Segurança Pública, “Dia internacional da Mulher”, Facebook, 8 de Março de 2018, <https://www.facebook.com/policiasegurancapublica/posts/1595826727139502/>

<sup>6</sup> Ministério do Interior, “Decreto-lei n.º 34882 – aprova o quadro único do pessoal do Comando Geral da Polícia de Segurança Pública”, *Diário do Governo*, I série, n.º 197, 4 de Setembro de 1945, 716.

as suas funções mantinham-se exclusivamente ao nível da vigilância e assistência de mulheres e crianças. Esta situação era reiterada pelo decreto-lei de 1953, que previa a admissão de guardas do sexo feminino para o serviço de vigilância de mulheres e crianças e fins assistenciais, mediante concurso ou estágio especial, não inferior a 6 meses, com a categoria única de guardas de 2.<sup>a</sup> classe, com os mesmos direitos e deveres dos restantes guardas<sup>7</sup>.

Esta restrição de funções vai durar até ao início da década de 1970. Desde 1930 até então, o número de agentes femininas não teria excedido as duas dezenas e as suas funções restringiam-se à vigilância e assistência a mulheres e crianças<sup>8</sup>. As primeiras mudanças verificar-se-iam em Dezembro de 1971, quando existiam apenas 10 guardas, todas colocadas em Lisboa<sup>9</sup>. No concurso aberto nesse ano e concluído no ano seguinte foram aprovadas 273 mulheres. Estavam no entanto, destinadas exclusivamente ao desempenho de funções burocráticas, vigilância de mulheres e crianças, enfermagem, nos supermercados e em funções relacionadas com o trânsito e o turismo<sup>10</sup>. O desempenho de funções iguais às dos seus congéneres masculinos só aconteceria nos primeiros anos do regime democrático, nomeadamente a partir de 1980, com o assentamento de praças de 312 mulheres, na nova Escola de Alistados Feminina<sup>11</sup>, quando a Constituição de 1976 já consagrava direitos igualitários entre homens e mulheres<sup>12</sup>. Em 1985, punha-se finalmente fim à existência de dois quadros policiais diferenciados pelo sexo, criando um quadro único de pessoal técnico pessoal, permitindo às agentes policiais a progressão na carreira<sup>13</sup>.

---

<sup>7</sup> Ministério do Interior, “Decreto-lei n.º 39497 – reorganiza a Polícia de Segurança Pública”, *Diário do Governo*, I Série, n.º 290, 31 de Dezembro de 1953, 1654.

<sup>8</sup> Susana Durão, “A vez das mulheres na polícia portuguesa (1970-2015)”, in *Polícia e Polícias em Portugal. Perspectivas Históricas*, org. Gonçalo Gonçalves, Susana Durão (Lisboa: Editora Mundos Sociais, 2017), 137-160.

<sup>9</sup> Sofia Teotónio, “As mulheres na PSP”, *Polícia Portuguesa*, n.º 135, II Série, Maio/Junho 2002, 20-21.

<sup>10</sup> Teotónio, “As mulheres”, 20-21.

<sup>11</sup> “Efectivos Femininos e Masculinos em formação na E.F.G.”, *Polícia Portuguesa*, II série, n.º 7, Jan./Fev. 1981, 8-9.

<sup>12</sup> Durão, “A vez das mulheres” 139.

<sup>13</sup> Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios da Administração Interna e das Finanças e do Plano, “Decreto-lei 151/85: aprova o Estatuto da Polícia de Segurança Pública (PSP)”, *Diário da República*, I série, n.º 106, 9 de Maio de 1989, 1247 – 1264.

## **A integração das primeiras agentes femininas**

Traçado o panorama geral da evolução da carreira policial feminina em Portugal, interessa-nos compreender melhor a sua génese, nomeadamente a integração das primeiras agentes femininas na década de 1930, em plena Ditadura Nacional. É certo que a implantação da República tinha possibilitado a paulatina emancipação feminina, não só através dos diplomas já referidos que possibilitaram a entrada das mulheres na administração pública, como também as lei de divórcio de 1910<sup>14</sup>, que garantia a ambos os cônjuges as mesmas garantias e direitos, relativamente aos motivos do divórcio e aos filhos.

Na senda desta emancipação, não terão sido indiferentes as sucessivas associações feministas que se formaram desde o início do século, das quais se destacam a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas (1909-1919); a Associação de Propaganda Feminista (1911-1918); o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947) e a Cruzada das Mulheres Portuguesas (1916-1938).

Destas, interessa-nos sobretudo o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, não só por ter sido, de todas elas, a que conheceu uma maior duração, mas também por ser através desta organização que a questão da carreira policial feminina foi trazida para o debate público, como se verá adiante.

## **Adelaide Cabete e o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas**

Fundado em 1924 pela médica ginecologista e maçon Adelaide Cabete (1867-1935), que já havia militado activamente nas outras associações referidas anteriormente, era uma ramificação de outra associação internacional, o International Council of Women, fundado em 1888 num congresso ocorrido em Washington, o que demonstra desde logo o suporte internacional da associação portuguesa. Por seu turno, esta procurou reunir grande parte dos grupos femininos e pequenas associações que se encontravam disseminados um pouco por todo o país<sup>15</sup>, o que permitiria

---

<sup>14</sup> *Lei do Divórcio* (Lisboa: A Popular, typ. de Júlio A. Rodrigues, 1910).

<sup>15</sup> Nomeadamente a Associação das Alunas do Instituto Educação e Trabalho, Associação de Assistência Infantil da Paróquia Civil Camões, Associação dos Professores de Ensino Livre, Associação dos Professores do Instituto de Odivelas, Caixa de Auxílio aos

a enorme difusão dos ideais e valores deste grupo, não só na capital, mas também no Portugal profundo. Ainda assim, o Conselho Nacional não logrou um grande sucesso inicial e a sua adesão foi algo morosa, provavelmente por se querer demarcar dos movimentos feministas republicanos que lhe antecederam<sup>16</sup>.

Apolítico e arreligioso, o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas tinha como principal objectivo a melhoria das condições civis, económicas e morais da mulher, através da melhoria da saúde pública, a defesa e higiene das grávidas, a protecção de mulheres e crianças desfavorecidas ou vítimas de maus tratos e ainda a abolição da regulamentação da prostituição. Num país em que a taxa de analfabetização rondava em 1911 os 75%, sendo mais alta no caso das mulheres e não lhes sendo reconhecido o direito a voto, os principais cavalos de batalha do Conselho Nacional eram precisamente a educação e a reivindicação do sufrágio feminino<sup>17</sup>.

### A defesa da abolição da prostituição

A sua actividade na década de 1920 foi algo profícua, tendo realizado dois congressos, um em 1924 e outro em 1928. O primeiro contou com a assistência do próprio Presidente da República, Manuel Teixeira Gomes (1860-1941), e ainda com a participação de individualidades políticas, tais como Bernardino Machado (1851-1944), Magalhães Lima (1850-1928) e Abranches Ferrão (1883-1932). Em 1923 e 1925 o Conselho Nacional participa em dois congressos internacionais em Roma e Washington, respectivamente, além de ter colaborado nos Congressos abolicionistas de 1926 e 1929, organizados pela Liga Portuguesa Aboli-

---

Estudantes Pobres do Sexo Feminino, Grémio dos Professores Primários Oficiais, Grupo Balbina Brazão, Grupo Feminista Português, Liga Portuguesa da Moralidade Pública, Liga Portuguesa dos Educadores, Liga Republicana das Mulheres Portuguesas (Núcleo do Porto), Recreatórios Post-Escolares, Sociedade Amigável Mariana Gasul, Tuna das Costureiras de Lisboa e União Amigável Maria Scintia. João Esteves, “Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas” in *Dicionário no feminino*, coord. António Ferreira de Sousa, Ilda Soares de Abreu e Maria Emília Stone (Lisboa: Livros Horizonte, 2005), 243-244.

<sup>16</sup> João Esteves, “Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas” *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher*, n.º 15 (2006): 113-135.

<sup>17</sup> Anne Cova, “O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947)”, *Notícias – temas e notícias da cidadania e igualdade de género*, n.º 84 (Outubro 2010): 14-18.

cionista, fundada em 1924<sup>18</sup> presidida por Arnaldo Brazão (1890-1968), jurista, militar, maçom e nem mais nem menos que sobrinho e filho adoptivo de Adelaide Cabete<sup>19</sup>, que já tinha apresentado uma tese a favor da abolição da prostituição no congresso feminista em 1924<sup>20</sup>.

Não era uma reivindicação nova. Desde meados do século XIX que o projecto abolicionista, então de cariz católico, tomava forma pela mão de Teresa Saldanha (1837-1916), fundadora da Congregação das Irmãs Dominicanas de Santa Catarina de Sena, através da fundação de escolas femininas, algumas das quais destinadas à reabilitação de raparigas tiradas das ruas e da prostituição, e onde lhes era ensinada uma profissão em regime de internato<sup>21</sup>. No entanto, seria o irmão de Teresa Saldanha, José de Saldanha (1839-1912) quem viria a defender, no Congresso Católico Internacional de Lisboa em 1895, a contestação ao modelo da tolerância e regulamentação da prostituição e sua consequente proibição<sup>22</sup>. Em 1911, o médico Ricardo Jorge (1858-1939) e então director do Instituto Central de Higiene, elaborara um projecto de decreto de proibição da prostituição por determinação do ministro do Interior, António José de Almeida (1866-1929), que não chegou a ser promulgado<sup>23</sup>. Em 1913 surgira a Liga de Moralidade Pública<sup>24</sup>, que se opunha ao jogo, às

---

<sup>18</sup> Rosa Correia, “O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas: a principal Associação de Mulheres da primeira metade do século XX 1914-19147” (Dissertação de mestrado, Universidade Nova de Lisboa, 2013), 32-38.

<sup>19</sup> Ana Maria Pessoa, “A Educação das Mães e das Crianças no Estado Novo: a proposta de Maria Lúcia Vassalo Namorado” (Tese de doutoramento, Universidade de Lisboa, 2006), 873.

<sup>20</sup> Arnaldo Brazão, *Abolicionismo, Tese apresentada ao congresso feminista e de educação promovido pelo Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas em 1924* (Lisboa: Casa Garrett, s.d.).

<sup>21</sup> Helena Ribeiro de Castro, “Teresa de Saldanha. Projecto pedagógico inovador no século XIX, uma interrogação para o século XXI” (Tese de doutoramento, Universidade de Lisboa, 2007), 371; Maria Isabel Viegas Liberato, “Discursos, práticas e políticas prostitutionais em Portugal, 1841-1926” (Dissertação de mestrado, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 1999), 89.

<sup>22</sup> Inês Ferreira Leite, “Prostituição, feminismo e capitalismo no debate legalização vs incriminação”, *Faces de Eva*, n.º 35 (2016), 93-113.

<sup>23</sup> Ricardo Jorge, “Prostituição e profilaxia, um projecto de decreto” in *Arquivos do Instituto Central de Higiene*, Secção de Higiene, vol. I, (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1913), 19-34.

<sup>24</sup> José Machado Pais, *A prostituição e a Lisboa Boémia do século XIX aos inícios do século XX* (Lisboa: Quercus, 1985), 38.

tabernas, às touradas, à pornografia e à prostituição, através da criação de comités de vigilância em todas as localidades do país para reprimir estas actividades<sup>25</sup>. Em 1922 o próprio Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas havia endereçado uma representação ao Ministro da Justiça Abranches Ferrão solicitando a abolição da prostituição regulamentada<sup>26</sup>.

Apesar de algumas alterações regulamentares em 1900<sup>27</sup>, a prostituição continuou a ser regulamentada. À polícia cabia a fiscalização das matrículas, a inspecção sanitária efectuada por um médico e dois guardas e assegurar o internamento hospitalar das toleradas portadoras de qualquer tipo de doença venérea<sup>28</sup>.

Para ter uma ideia do verdadeiro alcance da questão, é necessário analisar alguns dados estatísticos. Só em Lisboa, a cidade com maior número de matriculadas, registavam-se cerca de uma média anual de 1217 toleradas entre 1897 e 1901. Para este período e exclusivamente na capital, efectuaram-se 39805 inspecções sanitárias, sendo registados 800 autos por transgressão de regulamentos, e procedido a 350 prisões de toleradas. O exercício clandestino da prostituição deu origem a 123 processos, sendo 285 nomes eliminados dos livros de registos e 29 menores entregues às suas famílias<sup>29</sup>. Na verdade, este era o principal problema, a existência de prostituição infantil. Para o Porto, das 3194 menores de 21 anos, matriculadas entre 1888 a 1913, 62 eram menores de 16 anos<sup>30</sup> e, em 1924, havia em Lisboa 1721 menores de 20 anos registadas como toleradas<sup>31</sup>. Muito embora as menores de 16 não fossem admitidas à matrícula, o regulamento de 1900 também contemplava que a mulher reincidente na prática da prostituição poderia ser inscrita, mesmo sendo menor dessa idade.

---

<sup>25</sup> João Freire, Maria Alexandre Lousada, “O neomalthusianismo na propaganda libertária”, *Análise Social*, vol. XVIII, 72-73-74, 3.º – 4.º – 5.º (1982), 1357-1397.

<sup>26</sup> Anne Cova, “Mulheres e associativismo em França, Itália e Portugal (1888-1939)”, *Itinerários. A investigação nos 25 anos do ICS*, ed. Manuel Villaverde, Karin Wall, Sofia Aboim et al (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2008), 583-602.

<sup>27</sup> Governo Civil de Lisboa, *Regulamento Policial das Meretrizes na Cidade de Lisboa de 28 d’Agosto de 1900* (Lisboa: Typographia Palhares, 1900).

<sup>28</sup> Liberato, “Discursos”, 111.

<sup>29</sup> Liberato, “Discursos”, 119.

<sup>30</sup> Arnaldo Brazão, *A prostituição infantil em Portugal* (Lisboa: Tipografia da cooperativa militar, 1928) 3.

<sup>31</sup> Brazão, *A prostituição*, p. 4.

Segundo os estatutos da Liga Portuguesa Abolicionista, sediada no consultório de Adelaide Cabete, esta associação assumia-se como “*livre de qualquer escola filosófica, de qualquer confissão religiosa e ou de qualquer partido político*”. Afilosófica, arreligiosa e apolítica, estava no entanto filiada no Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas e regida pela Federação Abolicionista Internacional, fundada em 1875<sup>32</sup>. Os seus objectivos principais eram o combate à prostituição, em especial o sistema regulamentarista; a promoção do estudo e divulgação de temáticas relacionadas com a prostituição, nomeadamente científicas e de higiene social – o que chamaríamos actualmente de saúde pública – e a defesa da igualdade entre os dois sexos, perante a lei e a moral<sup>33</sup>.

A liga estava fortemente influenciada pelo pensamento da abolicionista inglesa Josephine Butler (1828-1906), ainda que com um atraso temporal de 50 anos, o que poderá dever-se ao incómodo tema da prostituição por parte feministas portuguesas<sup>34</sup> – e daí a escolha de Arnaldo Frazão para presidente da liga portuguesa. Em 1926 e 1929 promoveu dois congressos abolicionistas.

## **O Congresso Abolicionista**

O primeiro congresso ocorreu entre 1 e 5 de Agosto de 1926, na Associação Comercial dos Lojistas de Lisboa, criada em 1870 e que pelo menos desde 1894 se mostrava favorável ao republicanismo, tendo organizado a partir de 1898 conferências patrióticas, promovidas por comerciantes e industriais, bem como cedido salas para conferências de várias associações ou entidades particulares<sup>35</sup>. A comissão organizadora era composta pelo Presidente Arnaldo Brasão, a secretária Angélica Porto e a Tesoureira D. Mariana da Assunção Silva (1867-1950)<sup>36</sup> e sete

---

<sup>32</sup> Isabel Lousada, “Da presença feminina nas Letras & Ciências: o pioneirismo de Adelaide Cabete”, *Ciências & Letras*, n.º 53, (Jan./Jun. 2013): 113-132.

<sup>33</sup> *Estatuto da Liga Portuguesa Abolicionista* (Lisboa: s.n., 19--).

<sup>34</sup> Liberato, “Discursos”, 98.

<sup>35</sup> Daniel Alves, “A República atrás do Balcão, Os lojistas de Lisboa na fase final da monarquia (1870-1910)”, (Tese de doutoramento, Universidade Nova de Lisboa, 2010), 548.

<sup>36</sup> Também maçon. João Esteves, “Mariana da Assunção da Silva” in *Dicionário no feminino*, 759.



vogais<sup>37</sup>. Teve cobertura jornalística de pelo menos o *Diário de Notícias*, o republicano *O Século* e *A Batalha*. Além disso, foi assistido por 15 associações, como a Universidade Popular Portuguesa, a Liga de Acção Educativa e a Federação Espírita Portuguesa, para além de outras individualidades nomeadamente o Director Geral de Saúde, Ricardo Jorge e Azevedo Neves (1877-1955), Director da Faculdade de Medicina e do Instituto de Medicina Legal.

A sessão inaugural contou com a presença do secretário geral da Federação Abolicionista Internacional, Johannes D. Reelfs (1877-?)<sup>38</sup>, que serviu de presidente da sessão, coadjuvado pelo Presidente da Sociedade Espanhola de Abolicionismo, Dr. César Juarros (1879-1942), psiquiatra e psicopedagogo e Arnaldo Frazão. Discursaram igualmente Deolinda Lopes Vieira (1888-1993), Angélica Porto e Adelaide Cabete, como membros da comissão organizadora; o médico António Freire (1877-1958) representante da então recém-criada Federação Espírita Portuguesa (1926-1953), que viria a ser extinta pelo Estado Novo; Sena Cardoso, da Liga da Acção Educativa (1926-1929), encerrada pela Ditadura Militar poucos anos depois; Virgílio Ferreira Marques, da Liga Portuguesa dos Direitos do Homem, fundada em 1921 pelo jornalista e escritor republicano e maçom Magalhães de Lima e Maria O'Neill (1873-1923), escritora e jornalista<sup>39</sup>.

As 14 teses apresentadas ao congresso versaram sobre temas relacionados com a prostituição, a denominada escravatura branca, termo utilizado por Arnaldo Frazão no discurso inaugural do congresso e que remete para a designação também utilizada pelas organizações femininas inglesas de combate à prostituição<sup>40</sup>. Defendiam a abolição do registo policial das prostitutas, a elevação da maioridade; a existência de uma

---

<sup>37</sup> A professora Delfina Serrão de Beja, D. Júlia Franco de Montemor-o-Novo, Albertina Gamboa, Deolinda Lopes Vieira, Vitória Pais, Domingas Lazari Amaral e, claro, Adelaide Cabete.

<sup>38</sup> Autor de *La traite des femmes et des enfants et la maison de tolérance* (Lausanne : Payot & Cie, 1933).

<sup>39</sup> Arnaldo Brazão, *Congresso abolicionista Português, contra a prostituição Regulamentada. Relatório*. (Lisboa: Oficinas gráficas do instituto profissional dos pupilos do exército, 1927).

<sup>40</sup> Philippa Levine, "Walking the Streets in a Way No Decent Woman Should": Women Police in World War I" *The Journal of Modern History*, vol. 66, n.º 1 (Mar., 1994): 34-78.

moral única que regesse homens e mulheres e sobretudo a importância da educação como forma preventiva da prostituição. Destas, interessam-nos particularmente a apresentada por Adelaide Cabete intitulada “Polícia feminina” e que a própria sintetiza em três pontos essenciais: o combate da prostituição pressupõe a remodelação dos serviços policiais segundo os princípios abolicionistas, estabelecendo secções de agente femininos; as funções policiais das mulheres são de vigilância e protecção de crianças, jovens e mulheres e de prevenção do crime e, por último, a polícia feminina tem uma acção educativa.

A médica assentava estes pontos no sucesso que tais polícias femininas tinham em diversos países, nomeadamente nos Estados Unidos da América e Inglaterra. No caso norte-americano, as mulheres serviam como directoras de prisões desde meados do século XIX. Porém, foi em 1905, aquando da Exposição comemorativa do centenário da Expedição Lewis and Clark ao ocidente norte-americano que Lola Baldwin (1860-1957) é contratada para supervisionar um conjunto de voluntárias para vigiar a feira, de modo a impedir a possível exploração sexual de mulheres durante a mesma, continuando as suas funções após o final da exposição. Refere ainda o caso de Alice Stebleins Weels (1873-1957), a primeira mulher na polícia de Los Angeles, que iniciou a sua carreira em 1910, após algumas manifestações femininas junto do departamento policial daquela cidade. O sucesso da polícia feminina norte-americana era de tal ordem, que em 1926, segundo Adelaide Cabete, mais de 150 cidades eram vigiadas por mulheres<sup>41</sup>. No caso inglês, o policiamento sucede após o rebentar da primeira guerra, apesar de algumas tentativas infrutíferas anteriores por parte do Conselho Nacional das Mulheres Inglesas, tendo-se iniciado em Londres no final de Outubro de 1914.

Em seguida, clarificava as funções da mulher polícia. Percebe-se que era desde logo uma preocupação, para que não fossem “*feitos juízos errados ou se formem escusadamente opiniões menos verdadeiras*”. A mulher polícia não era um agente de segurança ou manutenção de ordem pública – e como tal não deveria estar armada nem efectuar patrulhas. Competia-lhe sim, vigiar, assistir e proteger crianças, raparigas e mulheres em qualquer circunstância, sobretudo no que dizia respeito

---

<sup>41</sup> Adelaide Cabete não refere, mas é provável que a primeira mulher polícia norte-americana seja Marie Connelly Owens (1853–1927), no Departamento policial de Chicago, entre 1891 e 1923.

a atentados à moral e ao pudor. A polícia feminina teria então uma função educativa, preventiva e de educação moral e as suas competências deveriam ser vigiar jardins públicos, cais, estações de caminho de ferro, certos hotéis, cafés cantantes, salas de baile, teatros, animatógrafos e outros locais de reunião social.

Adelaide Cabete defendia ainda a necessidade de um processo de selecção regulamentar escrupuloso das agentes femininas, assente em diversos critérios: ter longa prática de vida, ser instruída e ilustrada, possuir grandes conhecimentos dos métodos policiais e porte moral irrepreensível, para além de conhecimentos de higiene pública e particular, primeiros socorros, identificação, de algumas disposições do código Penal, de narcóticos e datiloscopia. Embora não o afirme categoricamente, está subjacente a ideia de uma formação policial prévia, assente em conhecimentos necessários para a prática policial, embora reforce que *“a escolha da mulher deve fazer-se em moldes diferentes da escolha dos homens”*. Estes critérios reflectem a prática do recrutamento feminino da polícia inglesa, em que as primeiras mulheres polícias eram geralmente mais velhas, casadas, e ao contrário dos agentes masculinos, tendiam ser socialmente privilegiadas e instruídas<sup>42</sup>.

Em suma a polícia feminina teria *“de se diferenciar da sua congénere masculina, pelo seu maior grau de cultura e pela sua superioridade moral”*. Isto significava que Adelaide Cabete pugnava não pela igualdade dos sexos na carreira policial, bem como o que estava em discussão não era o direito feminino de desempenhar funções policiais, mas sim as vantagens que o policiamento feminino traria na vigilância e assistência de mulheres e crianças e com isso ser mais uma medida no combate da prostituição.

O relatório do Congresso assinala as reacções à tese. Maria O'Neill e Angélica Porto congratulam-se pela tese apresentada. A oposição veio da bancada masculina. Para Virgílio Marques, da Liga Portuguesa dos Direitos do Homem, a ideia deve ser aprovada, mesmo com a necessária organização de serviço, mas refere que *“o nome de polícia feminina não soa bem aos ouvidos”* e justifica dizendo que *“o nome polícia está tão desacreditado que só isso nos faz recear do êxito”*. A mesma opinião tem Manuel da Silva, *“não concordo também com a palavra polícia quando a vigilância de crianças raparigas e mulheres tem fins*

---

<sup>42</sup> Levine “Walking”, 34-78.

*essencialmente educativos*”. Na verdade, a divergência estaria no nome a dar a esta polícia feminina, não só pelas funções que desempenharia, como pelo descrédito que na década de 1920 a instituição policial estaria votada. Eurico de Figueiredo e António Freire tomam também a palavra, apoiando a decisão, com o primeiro a defender que a questão do nome é secundária.

Adelaide Cabete sossega a plateia: *“Afinal estamos todos de acordo. As divergências estão só no título da tese. Para os que têm horror à palavra polícia eu dou-lhes o seu significado. Policiar quer dizer vigiar, zelar, civilizar. Eu não quero as mulheres a prenderem os homens que se envolvem em desordem e conduzi-los à prisão, e nas ruas de sabre e pistola à cinta. Para isso estão lá os homens. Este serviço é de vigilância e assistência. (...) A questão principal está no recrutamento destes agentes: se forem da mesma categoria que os actuais agentes masculinos, é melhor deixarem estar as coisas como estão*”. Esta questão do nome a dar a estas trabalhadoras é significativa, uma vez que também nos Estados Unidos, numa fase inicial, as mulheres polícia eram referidas simplesmente como trabalhadoras ou operativas e não como polícia<sup>43</sup>.

No fim, a tese foi votada e aprovada. Apenas na sessão de encerramento uma voz se demonstrou contra – a de José Carlos de Sousa (1886-1935)<sup>44</sup>, jornalista, representante do grupo anarquista o Semeador (1923-?) e secretário Geral da Universidade Popular Portuguesa (1919-1933), fundada em 1919. Defendendo o papel educador da mulher, discorda que essa acção se fizesse sob a forma de polícia, revestida de autoridade emanada do Estado, até porque o vocábulo adquirira na altura um significado depreciativo. Nesse sentido, o trabalho de uma mulher culta e sensível poderia ser mais profícuo que a de muitos policiais. Naturalmente, está subjacente um ideal anarquista de que a lei é nociva, onde apenas as leis naturais se devem cumprir e as produzidas pelos homens são desnecessárias ou contraproducentes. No caso do fim da prostituição, entendia que não seria possível com reformas legisladoras, mas sim com o fim dos privilégios económicos e sociais, no fundo, da desigualdade económica e social.

<sup>43</sup> Lois Higgins, “Historical Background of Policewomen’s Service”, *Journal of Criminal Law and Criminology*, vol. 41, Issue 6, Article 11, (1951): 822-833.

<sup>44</sup> Filomena Bandeira, “A Universidade popular portuguesa nos anos 20. Os intelectuais e a educação do povo: entre a Salvação da República e a Revolução social”, (Dissertação de mestrado, Universidade Nova de Lisboa, 1994), vol. II, 142.

Os jornais que acompanharam o congresso, em especial o *Diário de Notícias*, não fez qualquer reparo acerca do debate que se seguiu. Já o jornal *O Século*, refere que a tese foi rebatida e frisando que a Adelaide Cabete defendeu “*brilantemente a sua tese, respondendo a todos os argumentos apresentados pelos seus contraditores, com outros argumentos baseados nos seus aturados estudos sobre questões de sociologia e higiene*”<sup>45</sup>. Apenas o jornal *A Batalha*, de cariz anarco-sindicalista, vai mais longe, perguntando-se “*Como hão de impedir a prostituição das mulheres, oficialmente reconhecida e regulamentada, aqueles que, como legisladores, como autoridades constituídas, e até como Governos, vivem da corruptela e do suborno? Quem não sabe que as multas abusivas das meretrizes ajudam a intumescer os cofres da polícia?*”<sup>46</sup>.

## Conclusão

O primeiro congresso abolicionista foi, pelo que ficou exposto, a oportunidade de ser discutida publicamente a ideia do recrutamento de mulheres para a polícia. Não sabemos, no entanto, se para além da divulgação destas teses, através da sua publicação em opúsculos, bem como da publicação do relatório do congresso e da cobertura da imprensa periódica, tenha efectivamente algum contacto quer das autoridades policiais, quer do então ministro do interior. É muito natural que tivesse existido, uma vez que já em 1924, aquando do 1.º Congresso do Conselho Nacional das Mulheres portuguesas, e a propósito do projecto acerca do proxenetismo, dirigido ao Governador Civil de Lisboa pelo Director da Polícia Administrativa, a comissão do congresso, Angélica Porto, Rita das Dores Silva e Maria José Ramos de Sousa, endereçaram ao director da Polícia administrativa uma carta de louvor e apoio dessa medida<sup>47</sup>.

Ainda que esse contacto possa não ter acontecido, a prostituição era, por si só, em meados da década de 1920, uma questão preocupante para as forças policiais. Em 1924, o director da polícia administrativa,

<sup>45</sup> “1.º Congresso Abolicionista”, *O Século*, 3 de Agosto de 1926, 2.

<sup>46</sup> Ladislau Batalha “O problema da emancipação e nobilitação da mulher nos países de moral avariada”, *A Batalha*, n.º 140, 2 de Agosto de 1926, 1-2.

<sup>47</sup> Arnaldo Brazão, *O primeiro Congresso Feminista e de Educação (Relatório)* (Lisboa: Edições Spartacus, 1925), 270-272.

Clemente Gomes, era entrevistado pelo *Diário de Lisboa*<sup>48</sup>, dando conta do aumento desproporcional da prostituição, decorrente, no seu entender, da situação económica desfavorável. Nesse sentido, propunha apresentar ao Governador Civil de Lisboa um projecto de repressão da prostituição, cujas medidas passavam pela abolição de casas de prostituição e pela condenação da prática de lenocínio. Esse projecto, se foi apresentado, não terá sido implementado, uma vez que dois anos depois, no mesmo ano do Congresso Abolicionista, numa única rusga nocturna foram presas só no centro de Lisboa 60 prostitutas<sup>49</sup>.

Ainda assim, a tese de Adelaide Cabete só se tornaria uma realidade anos depois. Embora não sendo uma ideia inovadora, consistia na importação do modelo anglo-saxónico, primeiro norte-americano, depois inglês, que à vista dos seus apoiantes trazia claras vantagens e que no contexto europeu não era uma novidade, pois outros países já possuíam, à época, agentes femininos, tais como a Alemanha, Suécia, Noruega, Holanda, Dinamarca, e Finlândia<sup>50</sup>.

Muito embora a entrada da mulher na polícia tenha sido precedida pela pressão exercida por movimentos da sociedade civil, na sua vertente das cruzadas de reforma moral ou de movimentos feministas, a sua integração terá sido devida às concessões realizadas pragmaticamente pelos governos nacionais em resposta a questões pontuais e contemporâneas. No caso norte-americano, deveu-se a pressões legais, enquanto que no Reino Unido se deveu à falta de mão-de-obra masculina após o recrutamento nacional no contexto da Primeira Guerra<sup>51</sup>, bem como a tentativa de diminuir a prostituição, não apenas para controlo da sexualidade feminina, mas sobretudo evitar a propagação de doenças venéreas nos contingentes militares<sup>52</sup>.

---

<sup>48</sup> “A miséria e o vício. A luta contra a prostituição e um novo projecto do director da polícia”, *Diário de Lisboa*, 20 de Agosto de 1924, 8.

<sup>49</sup> “Rusga Policial”, *O Século*, 20 de Março de 1926, 2.

<sup>50</sup> França já possuía mulheres na polícia, mas desempenhando exclusivamente funções de secretaria e só a partir de 1935 tiveram funções operacionais. Jennifer Brown, *A Comparative Research Perspective International Journal of the Sociology of Law*, vol. 25 (1997): 1–19.

<sup>51</sup> Brown, “*A Comparative*”, 1–19.

<sup>52</sup> Levine “Walking”, 34–78

Outra característica, transversal à génese das polícias femininas, é que esta ficou restrita a funções administrativas, de suporte ou confinadas à esfera doméstica, como o trabalho com crianças e mulheres<sup>53</sup>.

Em Portugal a entrada das mulheres na polícia foi impulsionada pelos movimentos feministas, mas só obteve sucesso quatro anos depois deste debate público, à semelhança do que aconteceu noutros países, onde se assistiu também à recusa dos governos e instituições policiais em incorporar mulheres oficiais<sup>54</sup>. Em Portugal, este atraso poderá dever-se à conturbação política decorrente da ditadura militar. Só após a vigência do partido da União Nacional, em meados de 1930, é que se admitiriam as primeiras mulheres polícia, corporativizando dois dos ideais do Estado Novo. Por um lado, a vigilância de todos os cidadãos pelo Estado e a diferenciação da mulher, reduzida às suas funções como doméstica ou simples trabalhadora auxiliar do chefe de família masculino<sup>55</sup>. A prostituição, essa, teria de esperar pelo ano de 1963 para ser considerada ilegal.

## Referências Bibliográficas

- Alves, Daniel. "A República atrás do Balcão, Os lojistas de Lisboa na fase final da monarquia (1870-1910)." Tese de doutoramento, Universidade Nova de Lisboa, 2010.
- Bandeira, Filomena. "A Universidade popular portuguesa nos anos 20. Os intelectuais e a educação do povo: entre a Salvação da República e a Revolução social." Dissertação de mestrado, Universidade Nova de Lisboa, 1994.
- Baptista, Virgínia Baptista. "Maria Lamas, a activista dos direitos das mulheres", *Maria Lamas*. 1-4. Torres Novas, Câmara Municipal, 2017.
- Brazão, Arnaldo. *A prostituição infantil em Portugal*. Lisboa: Tipografia da cooperativa militar, 1928.
- Brazão, Arnaldo. *Abolicionismo, Tese apresentada ao congresso feminista e de educação promovido pelo Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas em 1924*. Lisboa: Casa Garrett, s.d..
- Brazão, Arnaldo. *Congresso abolicionista Português, contra a prostituição Regulamentada. Relatório*. Lisboa: Oficinas gráficas do instituto profissional dos pupilos do exército, 1927.

---

<sup>53</sup> Brown, "A Comparative", 1–19.

<sup>54</sup> F. Heidensohn, *Women in Control? The Role of Women in Law Enforcement* (Clarendon: Oxford, 1992), 200.

<sup>55</sup> Virgínia Baptista, "Maria Lamas, a activista dos direitos das mulheres", *Maria Lamas* (Torres Novas, Câmara Municipal, 2017), 1-4.



- Brazão, Arnaldo. *O primeiro Congresso Feminista e de Educação (Relatório)*. Lisboa: Edições Spartacus, 1925.
- Brown, Jennifer. *A Comparative Research Perspective International Journal of the Sociology of Law*, vol. 25 (1997): 1–19.
- Castro, Helena Ribeiro de. “Teresa de Saldanha. Projecto pedagógico inovador no século XIX, uma interrogação para o século XXI.” Tese de doutoramento, Universidade de Lisboa, 2007.
- Correia, Rosa. “O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas: a principal Associação de Mulheres da primeira metade do século XX 1914-19147.” Dissertação de mestrado, Universidade Nova de Lisboa, 2013.
- Cova, Anne. “Mulheres e associativismo em França, Itália e Portugal (1888-1939).” *Itinerários. A investigação nos 25 anos do ICS*, editado por Manuel Villaverde, Karin Wall, Sofia Aboim et al., 583-602. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2008.
- Cova, Anne. “O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947).” *Notícias – temas e notícias da cidadania e igualdade de género*, n.º 84 (Outubro 2010): 14-18. *Estatuto da Liga Portuguesa Abolicionista*. Lisboa: s.n., 19--.
- Esteves, João. “Conselho Nacional das Mulheres Portuguesa.” *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher*, n.º 15 (2006): 113-135.
- Esteves, João. “Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas” in *Dicionário no feminino*, coordenação de António Ferreira de Sousa, Ilda Soares de Abreu e Maria Emília Stone, 243-244. Lisboa: Livros Horizonte, 2005.
- Esteves, João. “Mariana da Assunção da Silva” in *Dicionário no feminino*, coordenação de António Ferreira de Sousa, Ilda Soares de Abreu e Maria Emília Stone, 759-760. Lisboa: Livros Horizonte, 2005.
- Freire, João, Lousada, Maria Alexandre. “O neomalthusianismo na propaganda libertária.” *Análise Social*, vol. XVIII, 72-73-74, 3.º – 4.º – 5.º (1982): 1357-1397.
- Heidensohn, F. *Women in Control? The Role of Women in Law Enforcement*. Clarendon: Oxford, 1992.
- Higgins, Lois. “Historical Background of Policewomen’s Service.” *Journal of Criminal Law and Criminology*, vol. 41, Issue 6, Article 11, (1951): 822-833.
- Jorge, Ricardo. “Prostituição e profilaxia, um projecto de decreto” in *Arquivos do Instituto Central de Higiene, Secção de Higiene*, vol. I, 19-34. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1913.
- Lei do Divórcio*. Lisboa: A Popular, typ. de Júlio A. Rodrigues, 1910.
- Leite, Inês Ferreira. “Prostituição, feminismo e capitalismo no debate legalização vs incriminação.” *Faces de Eva*, n.º 35 (2016), 93-113.
- Levine, Philippa. “Walking the Streets in a Way No Decent Woman Should”: Women Police in World War I.” *The Journal of Modern History*, vol. 66, n.º 1 (Mar., 1994): 34-78.
- Liberato, Maria Isabel Viegas. “Discursos, práticas e políticas prostitucionais em Portugal, 1841-1926.” Dissertação de mestrado, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 1999.
- Lousada, Isabel. “Da presença feminina nas Letras & Ciências: o pioneirismo de Adelaide Cabete.” *Ciências & Letras*, n.º 53, (Jan./Jun. 2013): 113-132.
- Pais, José Machado. *A prostituição e a Lisboa Boémia do século XIX aos inícios do século XX*. Lisboa: Quercos, 1985.



- 
- Pessoa, Ana Maria. “A Educação das Mães e das Crianças no Estado Novo: a proposta de Maria Lúcia Vassalo Namorado.” Tese de doutoramento, Universidade de Lisboa, 2006.
- Reelfs, Johannes D., *La traite des femmes et des enfants et la maison de tolérance*. Lausanne: Payot & Cie, 1933.
- Susana Durão, “A vez das mulheres na polícia portuguesa (1970-2015)”, In *Polícia e Polícias em Portugal. Perspectivas Históricas*, org. Gonçalo Gonçalves, Susana Durão 137-160. Lisboa: Editora Mundos Sociais, 2017.